



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

ATA DE REUNIÃO Nº 5/2022 - CONSEPE (11.99)

Nº do Protocolo: 23006.004639/2023-12

Santo André-SP, 12 de Dezembro de 2022

(Assinado digitalmente em 01/03/2023 15:

11)

CAROLINA MOUTINHO DUQUE DE PINHO

CHEFE - TITULAR (Titular)

SG (11.01.03)

Matrícula: 2133215

(Assinado digitalmente em 01/03/2023 14:

48)

FABIANE DE OLIVEIRA ALVES

CHEFE - TITULAR (Titular)

SGDCONS (11.01.03.01)

Matrícula: 2736513

(Assinado digitalmente em 02/03/2023 11:

39)

JEANDERSON CARLOS DE SOUZA SILVA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

SGDCONS (11.01.03.01)

Matrícula: 3125523

(Assinado digitalmente em 01/03/2023 14:

22)

KATIA TONELLO SEMMELMANN

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

SGDCONS (11.01.03.01)

Matrícula: 3125533

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sig.ufabc.edu.br/documentos/> informando seu número: **5**, ano: **2022**, tipo: **ATA DE REUNIÃO**, data de emissão: **01/03/2023** e o código de verificação: **67cdef9dc4**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 06/ORDINÁRIA/2022/SG-DC

1 Aos 12 dias do mês de dezembro do ano de 2022, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, 1º
2 andar, Bloco A, Torre I da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos
3 Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a VI sessão ordinária do Conselho de
4 Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsePE) da UFABC de 2022, previamente convocada e presidida
5 pelo magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, realiza-se a VI sessão ordinária do Conselho de
6 Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsePE) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2022,
7 previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença
8 dos seguintes **conselheiros**: Alysson Fábio Ferrari, representante docente do Centro de Ciências
9 Naturais e Humanas (CCNH); Ana Cláudia Polato e Fava, representante suplente docente do
10 Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); André Buonani Pasti,
11 vice-coordenador da Licenciatura em Ciências Humanas (LCH); Ângelo Orletti Del Rey,
12 representante suplente discente de Graduação; Bianca Barboza Bertolotto, representante discente
13 de Graduação; Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de Pós-Graduação; Diego Paolo
14 Ferruzzo Correa, representante dos coordenadores da Pós-Graduação; Fernanda Graziella
15 Cardoso, pró-reitora de Graduação; Flávio Thales Ribeiro Francisco, representante dos
16 coordenadores da Graduação; Gabriel Almeida Antunes Rossini, representante docente do CECS;
17 Gabriela Rufino Maruno, pró-reitora de Extensão e Cultura; Itana Stiubiener, representante
18 docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); João Domingues Biancolin,
19 representante suplente dos técnicos-administrativos; Luciano Soares da Cruz, coordenador do
20 Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T); Marcos Vinícius Pó, diretor do CECS; Maurício
21 Firmino Silva Lima, representante docente do CMCC; Otto Müller Patrão de Oliveira,
22 representante da Direção do CCNH; Patrícia da Silva Sessa, coordenadora da Licenciatura em
23 Ciências Naturais e Exatas (LCNE); Rena de Paula Orofino Silva, representante docente do
24 CCNH; Renata Simões, representante docente do CCNH; Tatiana Lima Ferreira, diretora do
25 CMCC; Victor Hugo Alves Steil, representante discente de Graduação; Vinícius Florentino
26 Bastos, representante discente de Graduação; Wagner Alves Carvalho, pró-reitor de Pesquisa.
27 **Ausências justificadas**: Mônica Schröder, vice-reitora; Ramon Vicente Garcia Fernandez,
28 representante docente do CECS; Roberta Guimarães Peres, coordenadora do Bacharelado em
29 Ciências e Humanidades (BC&H). **Ausentes**: Francisco José Gozzi, representante docente do
30 CMCC; Júlia de Campos Silva, representante discente de Graduação; Max Mário Fuhlendorf,
31 representante dos técnicos-administrativos; Sandra Cristina Trevisan, representante dos técnicos-
32 administrativos. **Não votantes**: Carolina Moutinho Duque de Pinho, secretária-geral; Bruno Yuiti
33 Nascimento Aoki, discente de graduação; João Paulo Gois, pró-reitor adjunto de Pós-Graduação;
34 Ketelyn Karina Silva, discente de graduação; Luiz Renato Martins da Rocha, docente do CMCC;
35 Michelle Sato Frigo, vice-coordenadora do BC&T; Nor Mustafa Mohamad, representante suplente
36 discente de Graduação; Paulo Henrique Pinheiro, discente vice-presidente do Centro Acadêmico
37 do BC&T; Valéria Lima Fabrício Borghesi, coordenadora da Comissão de Ética no Uso de
38 Animais (CEUA); Victoria Rossetto Costa, Coletivo Primavera. **Apoio administrativo**: Fabiane
39 de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia
40 Tonello Semmelmann, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal,

41 o presidente, Dácio Roberto Matheus, abre a sessão às 14h08, comunicando a todos que a vice-
42 presidente, Mônica Schröder, encontra-se em período de férias e aproveita a ocasião para convidar
43 a conselheira Itana Stiubiener para compor a Mesa. **Informes da Reitoria:** 1) o presidente
44 apresenta um panorama acerca da situação financeira e orçamentária da UFABC, ressaltando a
45 imprevisibilidade na normativa que voltou atrás nas autorizações já realizadas, em relação às
46 execuções orçamentárias ao longo do ano de 2022, além das tentativas de cortes. Esclarece que,
47 normalmente, ao longo do ano, o Governo libera, paulatinamente, o orçamento através de decretos,
48 autorizando a universidade a executar o orçamento aprovado pelo Congresso. Esclarece que depois
49 de liberado 100% da execução, nunca houve o retrocesso dessas decisões. O que se mostrou caso
50 inédito nos últimos meses. Comunica que a UFABC já estava com seu orçamento completamente
51 comprometido desde o início de novembro, dentro dos decretos aprovados, quando o Governo
52 Federal realizou dois movimentos. O primeiro indicou o corte de aproximadamente 7% do
53 orçamento de todas as instituições federais de ensino superior. Pontua que esse orçamento se refere
54 a compromissos legalmente assumidos nos últimos meses do ano, quando ocorrem
55 remanejamentos para o ajuste de conta. O segundo movimento, especialmente inédito, refere-se
56 ao orçamento liquidado, ou seja, refere-se às despesas que já haviam sido realizadas no mês de
57 novembro e que tiveram seus recursos financeiros inteiramente bloqueados, impossibilitando o
58 pagamento dos compromissos assumidos. Informa que esse bloqueio perfaz mais de R\$ 7 milhões
59 em contratos de terceirizados e R\$ 750 mil referentes a bolsas e auxílios. Declara que foi realizada
60 uma reunião com representantes das diversas categorias da comunidade acadêmica, tão logo esse
61 quadro se apresentou, quando se discutiu qual a melhor fonte para o cumprimento das obrigações
62 programadas, tendo em vista que nenhum recurso financeiro foi recebido para o mês novembro.
63 Informa que permanece em aberto a questão do destino dado ao recurso já estabelecido legalmente,
64 adotando-se como prioridade as bolsas e auxílios estudantis. Acrescenta que todas as bolsas
65 referentes ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) foram pagas, devido à liberação de
66 R\$ 291 mil, destinados especificamente para esse fim. Outra boa notícia, refere-se à liberação do
67 pagamento de bolsas de mestrado e doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
68 Nível Superior (Capes), que no caso da UFABC, refere-se ao pagamento de 363 bolsas, que serão
69 pagas conforme o repasse da própria Capes. Além disso, ressalta que a UFABC tem dois montantes
70 de recursos a serem definidos que incluem bolsas de diversas naturezas. Internamente, pontua que
71 se estudam meios de realizar o pagamento de parte das obrigações acordadas. Comunica acerca
72 das tratativas junto ao Congresso, à Casa Civil e aos Ministérios da Educação e da Economia, no
73 intuito de buscar recursos para a universidade. Por meio dessas conversas, estabeleceram-se duas
74 possíveis medidas: uma refere-se a um parecer do Tribunal de Contas da União (TCU), contendo
75 um relatório com despesas que, dentre outras, contemplam a Previdência Social, autorizando o
76 pagamento de aposentadorias represadas. Nesse parecer, o TCU emitiu uma Medida Provisória de
77 Crédito Suplementar retirando esses recursos da Previdência da Lei do Teto de Gastos. A outra
78 medida possível refere-se a uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), chamada PEC da
79 Transição, em discussão na Câmara dos Deputados, que contempla auxílios e bolsas e pode abrir
80 a possibilidade para expandir a margem fiscal para outras considerações. Com relação às despesas
81 de dezembro, declara que essas ainda são uma incógnita. No momento, pontua que a UFABC se
82 preocupa com os contratos de serviços, uma vez que o atraso no pagamento desses contratos pode
83 comprometer o pagamento do salário de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, apesar de a
84 obrigação contratual não permitir a interrupção dos serviços por até três meses de atraso. Todavia,
85 a saúde financeira das empresas contratadas pode complicar tal previsão. Informa que há a
86 perspectiva, com a posse do novo Governo, de correção no orçamento de 2023, pelo menos aos
87 níveis do orçamento de 2019, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
88 Assim, embora seja possível o pagamento das bolsas socioeconômicas e auxílios no mês de
89 dezembro, os problemas relativos às demais despesas da UFABC permanecem. Ressalta que,

90 apesar das complicações apresentadas, o Restaurante Universitário (RU) do *campus* de Santo
91 André permanecerá aberto até dia 23 de dezembro e do *campus* de São Bernardo fechará um pouco
92 antes, devido a obras previamente programadas. Ademais, o presidente reitera o compromisso de
93 manter a comunidade informada acerca de qualquer novidade ou eventuais alterações no
94 orçamento. Em complemento, o pró-reitor de Pós-Graduação, Charles Morphy Dias dos Santos,
95 informa acerca das medidas adotadas a fim de amenizar os efeitos dos cortes orçamentários na
96 perspectiva acadêmica, através da Portaria da ProPG nº 2978, de 09 de dezembro de 2022, que
97 institui procedimentos emergenciais como a prorrogação para a conclusão dos cursos, a
98 possibilidade de remarcação de avaliações previamente agendadas e a recomendação ao corpo
99 docente para que prefiram o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Em
100 relação à Graduação, a pró-reitora, Fernanda Cardoso, informa que, além da possibilidade de os
101 alunos bolsistas remarcarem suas avaliações, é possível, também, que solicitem o não registro das
102 faltas computadas desde a publicação da Portaria ProGrad nº 2.977, em 09 de dezembro 2022, até
103 a finalização do 3º quadrimestre de 2022; 2) com a palavra, a secretária-geral, Carolina Moutinho
104 Duque de Pinho, informa que a Divisão de Conselhos recebeu, em atendimento ao inciso XIII, do
105 Art. 3º, da Resolução ConsUni nº 195, a indicação de: Victor Hugo Alves Steil (titular) e Ângelo
106 Orletti Del Rey (suplente), para compor o Conselho Técnico Científico (CTC) do Núcleo
107 Educacional de Tecnologias e Línguas (Netel). O presidente questiona o Conselho acerca das
108 indicações citadas. Não havendo manifestações, o presidente coloca as indicações em votação. As
109 indicações são homologadas por unanimidade; 3) o presidente sugere que o item 1 do Expediente,
110 referente ao Calendário ConsEPE 2023 seja promovido para a Ordem do Dia, em virtude da
111 necessidade de sua aprovação ainda nesta sessão. Não havendo objeções por parte do Conselho, o
112 item é promovido. **Informe dos Conselheiros:** A conselheira Bianca Barboza Bertolotto agradece
113 ao presidente pelas atualizações orçamentárias e informa acerca das ações realizadas pelos
114 estudantes frente aos cortes, além das consequências sofridas pelo não pagamento das bolsas e
115 pelo fechamento antecipado do RU de São Bernardo. Ademais, aproveita a ocasião para convidar
116 a todos a participarem da Audiência Pública da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
117 (ALESP) a acontecer na data de hoje, às 19h. **Ordem do Dia:** Calendário ConsEPE 2023. A
118 secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, faz uma breve apresentação acerca da
119 proposta de calendário, ressaltando que foram considerados os mesmos parâmetros dos anos
120 anteriores. Quais sejam: reuniões bimestrais alternadas com as reuniões do Conselho Universitário
121 (ConsUni), permitindo que o intervalo entre as reuniões seja menor, cumprindo-se adequadamente
122 as pautas; datas de envio de sugestões e data de envio de pauta conforme anos anteriores e a não
123 realização de reuniões durante os recessos. O presidente questiona se há alguma sugestão ou
124 destaque a ser feito em relação ao documento apresentado. Não havendo manifestações, o
125 presidente coloca o documento em votação. O Calendário ConsEPE 2023 é aprovado por
126 unanimidade. **Proposta de Ato Decisório que desobriga discentes do BC&H que ingressaram até**
127 **2022, e que requisitarem integralizar o BC&H com base em sua matriz de Projeto Pedagógico de**
128 **Curso (PPC) de 2022, de cumprir necessariamente a totalidade das 240 horas (ou 20 créditos) de**
129 **ações de extensão sob a forma de carga horária extensionista.** A pró-reitora de Graduação,
130 Fernanda Cardoso, solicita que o item seja retirado da pauta e transferido para a I sessão ordinária
131 do ConsEPE de 2023, tendo em vista a impossibilidade de a relatora Roberta Peres em participar
132 da reunião. Esclarece que a deliberação do Ato Decisório na reunião de 2023 não acarretará
133 qualquer prejuízo administrativo ou aos interessados. Não havendo objeções, o item constará na
134 pauta da I sessão ordinária do ConsEPE, em 28 de fevereiro de 2023, conforme calendário recém
135 aprovado. **Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências**
136 **Humanas (LCH).** **Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em**
137 **Ciências Naturais e Exatas (LCNE).** Inicialmente, Fernanda Cardoso, pró-reitora de Graduação,
138 faz um resumo sobre o fluxo percorrido pelos projetos até a inclusão na pauta do ConsEPE. Pontua

139 que o principal motivo de revisão dos projetos é a necessidade de atendimento à Resolução CNE
140 nº 7, de 2018, e à Resolução ConsEPE nº 250, de 2022, que regulamentam a inclusão de carga
141 horária mínima de atividades de Extensão e Cultura nos cursos de graduação da UFABC. Além
142 disso, no caso das Licenciaturas Interdisciplinares (LI), a revisão busca atender à Resolução CNE
143 nº 2, de 2019, que definiu novas diretrizes de formação de professores para a educação básica. Por
144 fim, destaca que ambos os projetos foram discutidos e deliberados pela Comissão de Graduação
145 (CG), em sua X sessão ordinária, em duas ocasiões, nos dias 03 e 10 de novembro de 2022, tendo
146 sido aprovados por unanimidade, conforme se apresenta. Em seguida, o vice-coordenador do LCH,
147 André Pasti, procede à apresentação do PPC da LCH. Lista cinco alterações propostas no projeto:
148 i) adequação às novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de professores da
149 educação básica; ii) adequação da carga horária ao atendimento das exigências mínimas da
150 curricularização da extensão; iii) mudanças na matriz curricular, onde a disciplina de Práticas
151 Escolares de Educação Especial e Inclusiva (PEEEI) foi reduzida de 4 para 2 créditos, passando
152 esses 2 créditos para as disciplinas de opção limitada de Prática de Ensino; iv) a inclusão de novas
153 disciplinas de opção limitada, sendo uma delas de caráter extensionista; v) inclusão de outras
154 disciplinas de opção limitada, já existentes, e correções gerais, como em códigos e nomenclaturas
155 de disciplinas, por exemplo. Na sequência, Patrícia Sessa, coordenadora da LCNE, passa à
156 apresentação do PPC da LCNE. Destaca os pontos em revisão no projeto, sendo: i) revisão da
157 carga horária de integralização; ii) alteração na matriz curricular sugerida; iii) adequação à
158 curricularização da extensão; iv) adequação às novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)
159 para a formação de professores da educação básica; v) estágio supervisionado obrigatório; vi)
160 formulário de atendimento às análises ProGrad, ProEC e Sistema de Bibliotecas (SisBi).
161 Especialmente sobre as adequações necessárias para atendimento à carga horária mínima da
162 curricularização da extensão, a coordenadora explica que a disciplina de Libras teve sua carga
163 reduzida de 4 para 2 créditos. Pontua que os Estágios supervisionados estão divididos em dois
164 módulos, o de Estágios Obrigatórios, com carga horária de 240 horas, e de Estágios em caráter de
165 Opção limitada, com carga horária de 160 horas, totalizando as 400 horas exigidas para
166 integralização do curso. A coordenadora acrescenta que a ideia é que os estágios sigam um
167 percurso formativo alicerçado na construção de saberes, através da prática docente em várias
168 dimensões e espaços, e de atividades extracurriculares, além de Programas e Projetos Institucionais
169 de formação de professores. Já quanto ao formulário de atendimentos às análises, explica tratar-se
170 de uma avaliação das necessidades de correção verificadas no PPC da LCNE. Em discussão, foram
171 realizados os seguintes apontamentos: 1) questiona-se sobre a redução de créditos na disciplina de
172 PEEEI, citando-se dados que comprovam a precariedade de profissionais formados na área, sendo
173 que a redução dos créditos acabaria por agravar o quadro de ensino de educação inclusiva, que já
174 é deficitário no país. Diversas falas apoiam essa posição; 2) questiona-se sobre a manutenção de
175 créditos de disciplinas não necessariamente importantes para o ensino fundamental em detrimento
176 das disciplinas de inclusão, ressaltando-se o déficit de professores de educação inclusiva, até
177 mesmo na UFABC. Essa fala é apoiada por inúmeros conselheiros e conselheiras; 3) questiona-se
178 acerca da falta de comunicação junto aos estudantes e docentes interessados, no que diz respeito à
179 redução créditos de educação inclusiva, dada a relevância da medida; 4) levanta-se preocupação
180 quanto à discussão de pautas de formação serem transformadas em pautas de gestão; 5) questiona-
181 se sobre a dicotomia entre a abertura de vagas para docentes de formação inclusiva e a previsão
182 de diminuição de carga didática para essa área; 6) discorda-se da previsão de escolha pelos alunos
183 quanto a cumprir ou não disciplinas de educação inclusiva, acreditando ser necessário que a
184 UFABC institucionalize a previsão, buscando garantir sua execução; 7) enfatiza-se a preocupante
185 realidade quanto à falta de docentes especializados no ensino de educação inclusiva na
186 universidade, havendo apenas um e alguns poucos com formação complementar na área, o que
187 sustenta que a redução para 2 créditos é um problema real de oferta na UFABC; 8) aponta-se que

188 a falta de oferta de disciplinas de inclusão afeta diretamente a permanência dos alunos, já a redução
189 de outras cargas didáticas não geram tal impacto, complementando-se que a universidade,
190 decidindo dessa forma, aponta para uma decisão administrativa em detrimento das questões
191 relacionadas à inclusão; 9) acredita-se que é necessária a manutenção dos 4 créditos, também, no
192 sentido de sustentação futura da real necessidade de contratação de profissionais da área. Ainda,
193 defende-se a reavaliação curricular do ensino básico, no sentido de adequar a formação de
194 professores nas licenciaturas; 10) acredita-se que o aumento de créditos pode adentrar numa seara
195 conceitual acerca da formação crítica e autonomia discente; 11) sugere-se que os professores de
196 formação inclusiva tenham incentivos financeiro e de progressão, tendo em vista que formam,
197 também, docentes. Atendendo aos comentários, Patrícia Sessa, coordenadora da LCNE destaca a
198 importância da inclusão para a UFABC, argumentando que o documento, em vários pontos, faz
199 menção ao ensino inclusivo. Todavia, explica que o limite espaço-tempo exige que as disciplinas
200 de opção limitada colocadas na matriz sejam cumpridas, o que incorre na necessidade de
201 diminuição da carga de créditos de disciplinas inclusivas, mas não sua exclusão. André Pasti, em
202 seguida, explica que há poucos docentes disponíveis para o ensino inclusivo e que o aumento da
203 carga de créditos desses cursos pode, inclusive, gerar impacto na oferta de opções limitadas,
204 enfatizando entender que esse não é o cenário ideal, todavia é o equilíbrio possível. Itana
205 Stiubiener, que compõe a Mesa, destaca a importância de que seja definida uma política
206 institucional em relação ao que a UFABC quer oferecer nos seus cursos interdisciplinares, tendo
207 em vista a evitar novas alterações dos cursos no curto prazo. O presidente, por sua vez, pontua que
208 a UFABC sempre pautou suas decisões em políticas inclusivas e realistas, procurando sempre a
209 contramão do negacionismo pregado pelo atual Governo Federal. Nesse sentido, esclarece que o
210 que se coloca é a possibilidade de manutenção dos 4 créditos previstos para o PEEEI e o risco de
211 não atendimento por falta de professores, uma vez que a prática de contratação de professores
212 visitantes para atendimento de disciplinas não é recomendada, dada a provisoriedade. Por outro
213 lado, do ponto de vista de gestão, a redução do PEEEI para 2 créditos, além de atender à previsão
214 de educação inclusiva no PPC, dá à UFABC a possibilidade de trabalhar no sentido de buscar
215 novas vagas para profissionais que atendam adequadamente à necessidade colocada. Explica,
216 ainda, que esse caminho não é tão simples devido à defasagem orçamentária dos últimos anos,
217 sendo necessária a recomposição orçamentária até que a UFABC consiga atender a suas demandas,
218 incluindo a de docentes especializados no ensino de educação inclusiva. A pró-reitora de
219 graduação, Fernanda Cardoso, pontua que o PPI da UFABC prioriza a liberdade de escolha pelos
220 discentes, acreditando que definir o que é ou não obrigatório pode vir a ferir esse princípio
221 estabelecido pela própria universidade. Tendo em vista a Proposta 1, de redução do PEEEI de 4
222 para 2 créditos, defendida e mantida pela área demandante, e a Proposta 2, de retorno aos 4
223 créditos, defendida e mantida por vários conselheiros, o presidente coloca as duas propostas em
224 votação, uma contra a outra. Em votação, a Proposta 1, de redução do PEEEI para 2 créditos, é
225 rejeitada, tendo recebido 6 votos favoráveis, enquanto a Proposta 2, que defende a manutenção
226 dos 4 créditos previstos para o PEEEI, vencedora, recebeu 15 votos favoráveis, sendo ainda
227 registradas 2 abstenções. A pró-reitora de graduação, Fernanda Cardoso, informa que, com a
228 retomada dos 4 créditos previstos para o PEEEI, conforme decidido pelo Conselho, serão
229 necessárias várias adequações nos dois documentos. Resolvida a questão, dando seguimento, o
230 presidente encaminha a votação os dois projetos pedagógicos, um por vez. Em votação, a proposta
231 de revisão do PPC da LCH é aprovada por unanimidade. Na sequência, em votação, a proposta de
232 revisão do PPC da LCNE também é aprovada por unanimidade. Proposta de revisão do Projeto
233 Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T). A pró-reitora de
234 Graduação, Fernanda Cardoso, esclarece que a principal motivação da submissão da proposta de
235 revisão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do BC&T é a necessidade de atendimento das
236 diretrizes da Resolução CNE/CES nº 07 de 2018 e da Resolução ConsEPE nº 253 de 2022, que

237 regulamenta a inclusão de carga horária em ações de extensão e de cultura exigida nos cursos de
238 graduação da UFABC. Ademais, informa que o PPC do BC&T atende à Resolução ConsEPE nº
239 255, que estabelece normas e procedimentos para a revisão e aprovação dos Projetos Pedagógicos
240 dos Cursos de Graduação da UFABC. Apresenta um breve histórico da tramitação do documento,
241 comunicando que a revisão foi aprovada por unanimidade na Comissão de Graduação (CG) e que,
242 juntamente com os documentos enviados aos conselheiros, consta uma Recomendação da CG para
243 que este Conselho se atente ao fato de que a proposta de revisão apresentada não atende ao limite
244 máximo de 35% de disciplinas obrigatórias, previsto pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI)
245 de 2017. Com a palavra, o coordenador do BC&T, Luciano Cruz, contextualiza a proposta de
246 revisão, informando que este PPC está vigente desde 2015 e não sofreu nenhuma revisão desde
247 então. Comunica que o BC&T oferece 1.013 vagas no *campus* de Santo André e 435 vagas no
248 *campus* de São Bernardo, totalizando 1.448 vagas, que correspondem a 72,1% de todas as vagas
249 ofertadas nos cursos de ingresso da UFABC. Salienta que, principalmente devido à
250 curricularização da extensão, a matriz do curso sofreu uma redução no total de créditos das
251 disciplinas, passando de 190 para 176 créditos, que corresponde a uma redução para 42% do
252 número total de créditos e de créditos das disciplinas obrigatórias, todavia não alcança os 35%
253 recomendados. Defende que o núcleo duro formativo obrigatório do curso não é tão reduzido,
254 porém, garante uma formação em que o aluno tenha o conhecimento das ciências básicas e das
255 tecnologias, fator importante para o Núcleo Docente Estruturante (NDE), além de deixar um
256 número pequeno de disciplinas de opção limitada que o aluno irá percorrer nos cursos pós-BC&T
257 e um grande leque de disciplinas livres presentes nos demais cursos da UFABC. Pontua que outras
258 iniciativas em universidades federais, que possuem o modelo de cursos interdisciplinares em
259 ciência e tecnologia, seguem uma distribuição entre carga horária obrigatória e total similar ao que
260 é realizado atualmente na UFABC. Ademais, pontua que, com a redução demasiada das disciplinas
261 obrigatórias, percebeu-se que a identidade pedagógica do BC&T seria distorcida. Em relação à
262 grade sugerida, esclarece que a integralização do BC&T é factível em 3 anos e apresenta a mesma
263 configuração tanto para o matutino, quanto para o noturno. Esclarece que a grade está compatível
264 com a oferta anual planejada de disciplinas, não trazendo ônus com a oferta extra em quadrimestres
265 não sugeridos. Quanto à curricularização da extensão, informa que o PPC seguiu as diretrizes da
266 Resolução ConsEPE nº 253, além da formatação requisitada pela Pró-Reitoria de Extensão e
267 Cultura (ProEC). Por fim, destaca que a revisão do PPC trouxe o Itinerário Extensionista que se
268 refere a uma disciplina com caráter extensionista que possui uma designação baixa de crédito,
269 porém ela será associada a um projeto de extensão, que o aluno deverá cumprir
270 concomitantemente. Antes da abertura da plenária para discussão, a conselheira Itana Stiubiener,
271 que compõe a Mesa, menciona que durante 3 anos tentou-se, de diversas maneiras, fazer com que
272 o BC&T atendesse o PPI e que, durante toda sua jornada no Bacharelado de Ingresso, nunca foi
273 possível atender à exigência de 35%. Relata que mesmo após exaustivas discussões durante vários
274 anos, não houve maneiras de se reduzir mais as disciplinas obrigatórias e espera-se que, à luz das
275 discussões, se consiga entrar em um consenso sem a ocorrência de mais cortes dessas disciplinas,
276 que já se apresentam em seu limite. Questiona a origem da exigência dos 35%, além de qual o
277 nível de qualidade que a UFABC quer exigir da formação dos alunos do BC&T e sugere como
278 última alternativa alterar o PPI para que a formação dos alunos, o maior bem da UFABC, não fique
279 comprometida. Acerca desse ponto, o presidente acredita ser um contrassenso o ConsEPE aceitar
280 uma Recomendação para o não atendimento de exigências feitas pelo próprio Conselho e que, em
281 última análise, estão sendo executadas pelos demais cursos da UFABC. Crê que o Conselho possa
282 se debruçar em alternativas que garantam a consistência dos cursos que, efetivamente, garantam o
283 cumprimento do PPI. Nesse sentido, sugere, como encaminhamento, a criação de uma Comissão
284 de Relatoria para a análise desse ponto específico e verificar quais seriam as alternativas cabíveis,
285 no intuito de não abrir precedentes para que outros cursos sintam-se confortáveis em contrariar o

286 PPI. Declara que entende a urgência da decisão nos próximos meses, porém considera um risco
287 menor adiar a introdução da curricularização da extensão no PPC do BC&T, em prol de uma
288 decisão mais institucionalizada. Em discussão, são levantados os seguintes pontos: 1) questiona-
289 se se a disciplina de Educação Inclusiva não havia sido extinta, sugerindo-se a alteração no PPC
290 para Práticas Escolares; 2) sugere-se que, nos próximos concursos para docentes na UFABC, que
291 se considere o preenchimento para as áreas de Raça, Pessoas com Deficiência e de Gênero, pois
292 são as áreas que possuem maior déficit de professores na UFABC; 3) questionam-se as estratégias
293 pedagógicas que não foram tratadas na apresentação, uma vez que foi colocada no PPC a oferta
294 de disciplinas na modalidade de Ensino à Distância (EaD); 4) questiona-se sobre o Programa de
295 Tutoria explicitado no PPC, tendo em vista que foi colocado que os tutores serão alunos formados
296 no BC&T e não os professores do corpo docente da UFABC, retirando o ônus dos docentes e
297 precarizando o ensino na universidade. O presidente, para fins de encaminhamento, solicita que os
298 conselheiros tenham em mente se o Conselho deseja manter a discussão do PPC do BC&T, que se
299 encontra em desconformidade com o PPI ou, se será suspensa a discussão para que a comissão de
300 conselheiros e conselheiras possa avaliar novas alternativas. Em resposta aos comentários a vice-
301 coordenadora do BC&T, Michelle Sato Frigo, informa que os cursos de engenharia estão passando
302 por um momento de reavaliação junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)
303 de suas áreas e qualquer alteração realizada no BC&T reflete diretamente nos cursos relacionados
304 às engenharias. Sugere que, se o ConsEPE decidir pela criação da comissão para reavaliar o PPC,
305 que seja considerada a inclusão, como membro, dos representantes da UFABC frente ao CREA e
306 ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). Em complemento, o coordenador do
307 BC&T, Luciano Cruz, informa que o PPC como apresentado, tem plenas condições de ser
308 executado já em 2023, sem que haja a contratação de novos docentes e que alguns pontos
309 levantados pelos conselheiros não cabem neste momento. Quanto à inserção de disciplinas na
310 modalidade EaD, esclarece que foi sugerida a possibilidade do uso de tecnologias da informação
311 e comunicação (TIC) em uma ou outra disciplina apenas e relembra que há na UFABC
312 experiências bem sucedidas na modalidade semipresencial. A pró-reitora de Graduação reitera que
313 a menção no PPC de disciplinas EaD, foi apenas uma sugestão para que possa, se for o caso, ser
314 implementada futuramente. Por questão de encaminhamento, o presidente questiona se o Conselho
315 continuará a discussão do documento conforme apresentado, considerando-se a discrepância em
316 relação ao PPI, ou se será considerada a comissão para análise e apresentação de possíveis
317 propostas para sanar a divergência. Lembrando a todos que, caso o PPC seja aprovado da maneira
318 como se apresenta, abrir-se-á precedentes críticos para os demais 16 projetos que serão submetidos
319 posteriormente à aprovação. Em discussão novamente, são levantados diversos questionamentos
320 acerca da composição da referida comissão. O presidente presta os esclarecimentos e explica que
321 o objetivo é que o grupo produza uma relatoria, igual a tantas outras formuladas para documentos
322 presentes na Ordem do Dia, porém, ao invés de ser elaborada por uma pessoa apenas, contará com
323 a participação de diversos conselheiros. Esclarece, todavia, que nada impede que os membros
324 façam consultas a todos os interessados e envolvidos na temática. Em discussão, os conselheiros
325 representantes discentes solicitam que seja considerada a participação de um de seus
326 representantes na comissão. Dado o avançado das horas, o presidente coloca o encaminhamento
327 da sugestão da formação da Comissão de Relatoria em votação. O encaminhamento é aprovado
328 com 1 voto contrário e 1 abstenção. A conselheira Itana Stiubiener declara seu voto contrário
329 afirmando que, como representante do NDE do BC&T que ficou anos se debruçando sobre essa
330 questão, acredita que a versão do PPC apresentada é a melhor versão possível no momento. Com
331 isso, o presidente informa que o PPC do BC&T, após passar pela revisão da comissão, deverá
332 retornar na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, que acontecerá em 28 de fevereiro de 2023.
333 Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de
334 todos e encerra a sessão às 18h28. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da

335 Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes
336 em administração, em conjunto com a secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho,
337 lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Jeanderson Carlos de Souza Silva
Assistente em Administração

Katia Tonello Semmelmann
Assistente em Administração

Carolina Moutinho Duque de Pinho
Secretária-Geral